



3º Simulado
Magistratura
TJ MG

Simulado Juiz TJ-MG

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TJ-MG;
- 2 - A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 - Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 - Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 - O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 - Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Juiz-TJMG-07-11-2021>

01 - A B C D	21 - A B C D	41 - A B C D	61 - A B C D	81 - A B C D
02 - A B C D	22 - A B C D	42 - A B C D	62 - A B C D	82 - A B C D
03 - A B C D	23 - A B C D	43 - A B C D	63 - A B C D	83 - A B C D
04 - A B C D	24 - A B C D	44 - A B C D	64 - A B C D	84 - A B C D
05 - A B C D	25 - A B C D	45 - A B C D	65 - A B C D	85 - A B C D
06 - A B C D	26 - A B C D	46 - A B C D	66 - A B C D	86 - A B C D
07 - A B C D	27 - A B C D	47 - A B C D	67 - A B C D	87 - A B C D
08 - A B C D	28 - A B C D	48 - A B C D	68 - A B C D	88 - A B C D
09 - A B C D	29 - A B C D	49 - A B C D	69 - A B C D	89 - A B C D
10 - A B C D	30 - A B C D	50 - A B C D	70 - A B C D	90 - A B C D
11 - A B C D	31 - A B C D	51 - A B C D	71 - A B C D	91 - A B C D
12 - A B C D	32 - A B C D	52 - A B C D	72 - A B C D	92 - A B C D
13 - A B C D	33 - A B C D	53 - A B C D	73 - A B C D	93 - A B C D
14 - A B C D	34 - A B C D	54 - A B C D	74 - A B C D	94 - A B C D
15 - A B C D	35 - A B C D	55 - A B C D	75 - A B C D	95 - A B C D
16 - A B C D	36 - A B C D	56 - A B C D	76 - A B C D	96 - A B C D
17 - A B C D	37 - A B C D	57 - A B C D	77 - A B C D	97 - A B C D
18 - A B C D	38 - A B C D	58 - A B C D	78 - A B C D	98 - A B C D
19 - A B C D	39 - A B C D	59 - A B C D	79 - A B C D	99 - A B C D
20 - A B C D	40 - A B C D	60 - A B C D	80 - A B C D	100 - A B C D

DIREITO CIVIL**Paulo Sousa**

01. Ainda que sempre possível a realização de exame de DNA para se comprovar a filiação, há casos em que a lei presume terem sido concebidos os filhos na constância do casamento. Quanto a isso, assinale a alternativa que não representa uma correta hipótese para essa presunção:

- a) filhos nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal;
- b) filhos havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido;
- c) filhos havidos por inseminação artificial heteróloga, ainda que sem prévia autorização do marido;
- d) havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga.

02. O objetivo da tutela é a administração dos bens de crianças e adolescentes (menores), sejam eles absoluta ou relativamente incapazes. A escolha do tutor cabe, em princípio, a ambos os pais, em conjunto, desde que detenha o poder familiar, caso conste tal decisão em algum documento autêntico, como um testamento ou escrito particular, até. Em relação à tutela, é correto afirmar que:

- a) os filhos menores são postos em tutela quando os pais estiverem ausentes por mais de sessenta dias;
- b) é nula a nomeação de tutor pelo pai ou pela mãe que, ao tempo de sua morte, não tinha o poder familiar;
- c) o direito de nomear tutor compete aos pais, individualmente;
- d) irmãos órfãos poderão ter tutores diferentes.

03. Amanda, em razão da necessidade de encurtar em 600 (seiscentos) metros o seu caminho diário até a parada de ônibus mais próxima de sua casa, passou a se beneficiar de uma servidão no imóvel de Carlos. Agora, o seu trajeto diário até a parada de ônibus foi reduzido a 50 (cinquenta) metros, o que significou um grande salto na qualidade de vida de Amanda. Passado um tempo, Carlos percebeu que Amanda não mais estava usando a passagem em seu imóvel. Quanto a isso, extingue-se a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a

faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção pelo não uso, durante:

- a) cinco anos contínuos;
- b) cinco anos ao todo, ainda que descontinuados;
- c) dez anos contínuos;
- d) dez anos ao todo, ainda que descontinuados.

04. Carlos firmou negócio jurídico com James sob a condição de que o pagamento só seria por ele devido se chovesse por três dias seguidos. Após chover dois dias, Carlos realizou o pagamento acreditando ter sido a condição realizada. Sobre a situação do pagamento indevido relatada, é incorreto afirmar que:

- a) todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição;
- b) não se pode repetir o que se pagou para solver dívida prescrita, ou cumprir obrigação judicialmente inexigível;
- c) não terá direito à repetição aquele que deu alguma coisa para obter fim ilícito, imoral, ou proibido por lei;
- d) àquele que voluntariamente pagou o indevido é presumido o direito ao resarcimento.

05. Fulano é devedor da Empresa X em razão de contrato de prestação de serviços em que se prevê pagamento mensal. Passados alguns meses de regular prestação de serviços e pagamentos, Fulano começa a perceber dificuldades em concretizar o pagamento por razões alheias à sua vontade e, assim, é orientado por um amigo advogado a realizar o pagamento em consignação. Considerando esse caso concreto, não terá lugar a consignação:

- a) se a Empresa X não puder, ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma;
- b) se a Empresa X não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condição devidos;
- c) se Fulano alegar dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento;
- d) se pender litígio sobre o objeto do pagamento.

06. Diferentemente do penhor, na hipoteca o devedor hipotecário não é desapossado do bem em favor do credor hipotecante. A hipoteca liga-se, ao contrário, a bem imóvel, atual, futuro ou condicionado, o que inclui os imóveis e os acessórios, o domínio direto, dentre outros. Quanto a esse instituto, não é situação de extinção da hipoteca:

- a) a extinção da obrigação principal;
- b) o perecimento da coisa;
- c) a novação;
- d) a adjudicação.

07. Um bebedouro localizado no interior do prédio do Prefeitura do Município X e utilizado por seus servidores é considerado:

- a) uma pertença, sendo imóvel por acessão intelectual;
- b) um bem imóvel, apenas, por estar associado ao bem principal;
- c) uma parte integrante do bem imóvel;
- d) uma pertença, permanecendo como bem móvel.

08. Em se tratando da Lei de Registros Públicos, a Lei 6.015/1973, especificamente no que diz respeito à matéria de responsabilidade, é correto afirmar que:

- a) a responsabilidade dos oficiais alcança todos os prejuízos por ele causados, seja contra os interessados no registro, seja contra os não interessados;
- b) haverá a responsabilização do oficial, quando este agir com dolo. Os prejuízos decorrentes de ato culposo são passíveis de responsabilização apenas nas ocasiões em que sua extensão gere prejuízo irreparável;
- c) o oficial é civilmente responsável tanto pelos prejuízos que causar quanto pelos causados por seu preposto ou substituto.
- d) quando constatado delito cometido pelo oficial, por seu preposto ou substituto, a responsabilidade criminal necessariamente dependerá da sentença proferida em esfera cível.

09. Segundo a que dispõe a lei sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, Lei 9.514/1997, as operações de financiamento podem ser livremente pactuadas entre as partes, porém, sem deixar de observar condições

específicas. Assinale a alternativa que não trata sobre uma dessas condições:

- a) reposição total do valor emprestado e respectivo reajuste;
- b) contratação, pelos fornecedores de financiamento, de seguros contra os riscos de morte e invalidez permanente;
- c) capitalização dos juros;
- d) remuneração do capital emprestado às taxas convencionadas no contrato;

10. Ao que diz respeito à multiparentalidade, muito se debateu e ainda se debate no âmbito dos tribunais superiores. No entanto, em se tratando dos direitos do filho socioafetivo, segundo entendimento do STJ, é correto afirmar que:

- a) a paternidade socioafetiva, quando não declarada em registro público, impede o reconhecimento da filiação;
- b) a cumulação da paternidade socioafetiva com a biológica deve ser discriminada no registro, de maneira que ao lado do nome daquele que será incluído em registro, deve ser anexado, entre parênteses “pai socioafetivo”. Havendo tal discriminação, é adequada, portanto, a diferenciação entre filhos biológicos e socioafetivos;
- c) o entendimento dos tribunais e da lei é o de que não pode haver diferenciação entre os filhos, sejam eles biológicos, adotivos ou socioafetivos. No entanto, para fins patrimoniais e sucessórios, tal distinção pode ocorrer;
- d) o filho socioafetivo goza dos mesmos direitos patrimoniais e sucessórios de que goza o descendente biológico. Qualquer decisão que divirja desse entendimento, confere ao filho socioafetivo posição filial inferior, quando comparada aos demais, ferindo, portanto, preceitos legais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

11. Sobre a citação, assinale a alternativa correta:

- a) A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, retroagirá à data de propositura da ação, desde que proferida por juízo competente.

b) A citação poderá ser feita somente no local que reside o Réu.

c) Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de conhecimento, será deferido ao réu novo prazo para apresentação de defesa.

d) É regular a citação da pessoa jurídica estrangeira por meio de seu entreposto no Brasil, ainda que não seja formalmente aquela mesma pessoa jurídica ou agência ou filial.

12. Julgue os itens a seguir:

I. A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça.

II. As empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Essa regra, contudo, não se aplica à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades da administração indireta.

III. Considera-se atentatório à dignidade da justiça, passível de multa de até 5% (cinco por cento) do valor da causa, deixar de confirmar no prazo legal, sem justa causa, o recebimento da citação recebida por meio eletrônico.

Estão corretos os itens:

a) I, II e III.

b) I e III.

c) III

d) I.

13. Sobre tutela, assinale a alternativa incorreta:

a) tutela é a proteção prestada pelo Estado quando provocado por meio de um processo, gerado em razão da lesão ou ameaça de lesão a um direito material.

b) A tutela satisfativa serve para prestar tutela contra o ilícito e contra o dano.

c) A tutela cautelar serve para prestar tutela contra o ilícito e contra o dano.

d) O NCPC consagra, em seus arts. 497 a 501, qualquer modalidade de tutela específica.

14. Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa se

- a) o juiz acolher o pedido de nulidade processual.
- b) não ocorrer a cessação da eficácia da medida em qualquer hipótese legal.
- c) obtida liminarmente a tutela em caráter antecedente, não fornecer os meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5(cinco) dias.
- d) o juiz não acolher a alegação de decadência ou prescrição da pretensão do autor.

15. A respeito de mediação e conciliação, assinale a opção correta.

a)O conciliador interfere diretamente no litígio e pode sugerir opções de solução para o conflito; o mediador facilita o diálogo entre as partes, para que elas mesmas proponham as soluções.

b) O conciliador deve ser servidor efetivo do tribunal; o mediador pode ser um trabalhador voluntário ou estagiário do tribunal.

c) Acordo estabelecido na conciliação deverá ser homologado por sentença; na mediação, não haverá homologação de acordo por sentença, em nenhuma hipótese.

d) A conciliação é realizada, necessariamente, por juiz togado; a mediação pode ser realizada por mediador judicial.

16. No que diz respeito ao valor da causa previsto no Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- a)Na ação indenizatória fundada em dano moral, é prescindível a indicação do valor da causa.
- b) Na ação de alimentos, o valor da causa é a soma das três últimas prestações pedidas pelo autor.
- c) Na ação em que os pedidos são alternativos, o de maior valor será o valor da causa.
- d) Na ação em que houver pedido subsidiário, o valor da causa será a soma dele com o valor do pedido principal.

17. São requisitos da admissibilidade da cumulação de pedidos que

- a) os pedidos sejam compatíveis entre si, ainda que sejam competentes para conhecer deles juízos diferentes.
- b) seja competente para conhecer deles o mesmo juízo e seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento.
- c) seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento, ainda que os pedidos sejam incompatíveis entre si.
- d) os pedidos sejam compatíveis entre si, ainda que não sejam adequados para todos os tipos de procedimentos.

18. No que diz respeito ao julgamento antecipado parcial de mérito, é correto afirmar que o respectivo pronunciamento judicial

- a) deve ser objeto de confirmação quando da prolação da futura sentença, por se tratar de decisão de natureza provisória.
- b) configura-se em sentença, sendo, portanto, apelável.
- c) é passível de cumprimento provisório, mesmo que tenha sido julgado em definitivo o recurso dele interposto.
- d) pode ser executado, independentemente de caução, ainda que esteja pendente de julgamento recurso contra ele interposto.

19. O Código de Processo Civil de 2015 determina que “se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.” Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma hipótese em que serão produzidos os efeitos mencionados da revelia.

- a) Se havendo pluralidade de réus, nenhum deles contestar a ação
- b) Se o litígio versar sobre direitos indisponíveis
- c) Se a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.

d) Se as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.

20. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses de extinção do processo, julgamento antecipado do mérito ou julgamento antecipado parcial do mérito, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo,

- a) delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito.
- b) resolver as questões de direito material pendentes, se houver.
- c) delimitar as questões de direito sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos.
- d) definir a distribuição do ônus da prova, sendo tal ônus do autor quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo, e do réu quanto ao fato constitutivo do seu direito.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Henrique da Rosa

21. É direito básico do consumidor, previsto no CDC:

- a) a proteção da saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.
- b) a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.
- c) a informação básica e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.
- d) a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais, morais e individuais.

22. Em relação à convenção coletiva de consumo, é incorreto dizer que:

- a) As entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica

e o Ministério Público podem regular, por convenção escrita, relações de consumo.

b) A convenção tornar-se-á obrigatória a partir do registro do instrumento no cartório de títulos e documentos.

c) A convenção somente obrigará os filiados às entidades signatárias.

d) Não se exime de cumprir a convenção o fornecedor que se desligar da entidade em data posterior ao registro do instrumento.

23. Assinale a alternativa incorreta em relação à política nacional das relações de consumo prevista no Código de Defesa do Consumidor.

a) Tem como princípio o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

b) Tem como princípio a racionalização e melhoria dos serviços públicos.

c) Tem como princípio estudo constante das modificações do mercado de consumo.

d) Tem como princípio a valorização do fornecedor de produtos e serviços.

24. Assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

a) Equiparam-se aos consumidores todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas comerciais previstas no CDC.

b) Toda informação ou publicidade, mesmo imprecisa, veiculada por meio de comunicação difuso, com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

c) Os comerciantes deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto.

d) Em caso de oferta ou venda por telefone entrega pessoal, deve constar o nome do fabricante e endereço na embalagem, publicidade e, alternativamente, em todos os impressos utilizados na transação comercial.

25. Assinale a alternativa correta em relação a desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código de Defesa do Consumidor.

a) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor individual, houver mau uso do direito, excesso de poder, infração culposa da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

b) A desconsideração da personalidade jurídica também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

c) No caso de desconsideração da personalidade jurídica, as sociedades coligadas só responderão por dolo.

d) No caso de desconsideração da personalidade jurídica, as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

26. Assertiva 1 – É inconstitucional a exclusão do menor sob guarda do rol de favorecidos pela pensão por morte; e

Assertiva 2 – Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Assinale a alternativa correta:

a) A assertiva 1 é verdadeira, mas a Assertiva 2 é falsa.

b) A assertiva 1 é falsa, mas a Assertiva 2 é verdadeira.

c) Ambas as assertivas são verdadeiras, mas a Assertiva 2 não justifica a Assertiva 1.

d) Ambas as assertivas são verdadeiras e a Assertiva 2 justifica a Assertiva 1.

27. Assertiva 1 – O prazo máximo para a conclusão do processo de habilitação à adoção é de 120 dias, prorrogável; e

Assertiva 2 – Nosso ordenamento jurídico estabelece prevê a absoluta prioridade dos direitos da criança e

do adolescente, com especial fundamento na doutrina da situação irregular.

Assinale a alternativa correta:

- a) A assertiva 1 é verdadeira, mas a Assertiva 2 é falsa.
- b) A assertiva 1 é falsa, mas a Assertiva 2 é verdadeira.
- c) Ambas as assertivas são verdadeiras, mas a Assertiva 2 não justifica a Assertiva 1.
- d) Ambas as assertivas são verdadeiras e a Assertiva 2 justifica a Assertiva 1.

28. Assertiva 1 – A escuta especializada e o depoimento especial serão realizados em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade da criança ou do adolescente infrator; e

Assertiva 2 – A Lei nº 13.431/2017 concretiza a igualdade material ao determinar que a oitiva de crianças e adolescentes deve ocorrer de maneira especial, em atenção à sua situação peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Assinale a alternativa correta:

- a) A assertiva 1 é verdadeira, mas a Assertiva 2 é falsa.
- b) A assertiva 1 é falsa, mas a Assertiva 2 é verdadeira.
- c) Ambas as assertivas são verdadeiras, mas a Assertiva 2 não justifica a Assertiva 1.
- d) Ambas as assertivas são verdadeiras e a Assertiva 2 justifica a Assertiva 1.

29. Assertiva 1 – É possível que criança pratique ato infracional, situação em que ela poderá ser submetida, dentre outras medidas, ao acolhimento institucional; e

Assertiva 2 – O acolhimento institucional não é medida socioeducativa, tratando-se de medida de proteção provisória e excepcional que é utilizada como forma de transição para posterior reintegração familiar ou colocação em família substituta.

Assinale a alternativa correta:

- a) A assertiva 1 é verdadeira, mas a Assertiva 2 é falsa.
- b) A assertiva 1 é falsa, mas a Assertiva 2 é verdadeira.
- c) Ambas as assertivas são verdadeiras, mas a Assertiva 2 não justifica a Assertiva 1.

d) Ambas as assertivas são verdadeiras e a Assertiva 2 justifica a Assertiva 1.

30. Assertiva 1 – O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, composto de 5 (cinco) membros escolhidos para mandatos de 2 (dois) anos, permitida a recondução mediante novos processos de escolha, e ao qual incumbe zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente; e

Assertiva 2 – O Conselho Tutelar não tem natureza jurisdicional, devendo o órgão encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.

Assinale a alternativa correta:

- a) A assertiva 1 é verdadeira, mas a Assertiva 2 é falsa.
- b) A assertiva 1 é falsa, mas a Assertiva 2 é verdadeira.
- c) Ambas as assertivas são verdadeiras, mas a Assertiva 2 não justifica a Assertiva 1.
- d) Ambas as assertivas são verdadeiras e a Assertiva 2 justifica a Assertiva 1.

DIREITO PENAL

Rodrigo Assumpção

31. No que concerne aos crimes culposos e a tentativa, analise as assertivas:

- I- Segundo entendimento majoritário, admite-se participação em crimes culposos.
- II- Admissível tentativa no crime de lavagem de dinheiro.
- III- O código penal adotou a teoria objetiva no que concerne a tentativa.
- IV- Quanto ao crime impossível, adotou-se no sistema brasileiro a teoria objetiva pura.

Estão corretas:

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.

32. Quanto a imputabilidade penal, é correto afirmar que:

- a) Será diminuída de um a dois terços a pena do agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) A pena pode ser reduzida de um sexto a um terço, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c) Não excluem a imputabilidade penal a emoção ou a paixão, tampouco a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
- d) Será diminuída de um a dois terços pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

33. De modo geral, cinco são os elementos indispensáveis à existência do concurso de pessoas: pluralidade de participantes e de condutas, relevância causal de cada conduta, vínculo ou laime subjetivo entre os participantes, identidade da infração penal ou de fato. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- I) Como regra, o código penal adotou a teoria monista no concurso de pessoas.
 - II) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
 - III) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, seria aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
 - IV) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime. O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.

- c) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as assertivas III e IV estão corretas.

34. Conforme Nélson Hungria (1955, p. 25) "o homicídio é o tipo central dos crimes contra a vida e é o ponto culminante na orografia dos crimes. É o crime por excelência". Tendo em conta referida figura típica, marque a alternativa correta:

- a) Caracteriza bis in idem a cumulação das qualificadoras de motivo torpe e feminicídio.
- b) Constitui homicídio qualificado o crime cometido contra pessoa menor de 18 anos.
- c) Inadmissível perdão judicial no delito de homicídio em quaisquer de suas modalidades.
- d) No feminicídio, constitui causa de aumento de pena o fato de o crime ser praticado na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima, ou, ainda, em descumprimento de medidas protetivas de urgência.

35. Quanto ao crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, do artigo 122 do código penal, marque a alternativa correta:

- a) Para tipificação do crime, imprescindível a ocorrência do resultado morte ou lesão corporal grave.
- b) A pena é majorada se o crime é praticado por motivo egoístico, fútil, ou torpe, se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real, ou, ainda, se o agente é líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual.
- c) Pratica o crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação o agente que, ao auxiliar intento suicida de outrem, empurra o sujeito para que a corda o enforque.
- d) Pratica o crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação de forma qualificada a conduta dirigida contra menor de 14 (quatorze) anos, contra quem não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, havendo resultado morte.

36. Referente ao crime de lesão corporal, previsto no artigo 129 do Código Penal, bem como suas diversas modalidades, marque a alternativa correta.

a) A qualificador da violência doméstica (§9º) se aplica também quando a vítima for homem.

b) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada.

c) Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um a dois terços.
d) Se da lesão sobrevém aceleração de parto, resta configurada a denominada lesão corporal de natureza gravíssima.

37. No que diz respeito aos crimes contra a honra previstos no código penal, marque a alternativa que contenha afirmação integralmente correta:

a) É de iniciativa privativa do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

b) A imunidade em favor do advogado, no exercício da sua atividade profissional, insculpida no artigo 7º, § 2º, do Estatuto da OAB (Lei 8.906/1994), abrange os crimes de calúnia, injúria e difamação.

c) Cabível exceção de verdade nos crimes de difamação e injúria.

d) Não constituem injúria ou difamação punível: a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador; a opinião desfavorável da crítica literária, artística ou científica, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar; o conceito desfavorável emitido por funcionário público, em apreciação ou informação que preste no cumprimento de dever do ofício.

38. Analise as alternativas a seguir e marque a que contém afirmação correta em relação aos crimes de furto e roubo:

a) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do artigo 155 do CP nos casos de crime de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem objetiva.

b) Conforme entendimento dominante, é imprescindível a apreensão e perícia da arma de fogo para incidência da majorante no crime de roubo.

c) De acordo com entendimento majoritário, nos crimes de furto e roubo, a consumação do fato típico somente ocorre com a posse mansa e pacífica, não havendo que se falar em consumação em caso de perseguição imediata do agente e recuperação da coisa subtraída.

d) É admissível aplicar, no furto qualificado, pelo concurso de agentes, a majorante do roubo.

39. A respeito dos crimes contra o patrimônio, pode-se afirmar que:

a) O crime de extorsão é material e consuma-se no momento da obtenção da vantagem indevida.

b) São circunstâncias que qualificam a extorsão mediante sequestro: se dura mais de 48 (quarenta e oito horas); se o sequestrado é menor de 18 (dezoito) ou maior de 70 (setenta) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha.

c) Há crime de latrocínio tentado quando o homicídio se consuma, e não realize o agente a subtração de bens da vítima.

d) A conduta de portar arma ilegalmente é absorvida pelo crime de roubo, quando, ao longo da instrução criminal, restar evidenciado o nexo de dependência ou de subordinação entre as duas condutas e que os delitos foram praticados em um mesmo contexto fático, incidindo, assim, o princípio da consunção.

40. Sobre os crimes previstos na Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas), assinale a alternativa correta:

- a) A inobservância do art. 55 da Lei n. 11.343/06, que determina o recebimento da denúncia após a apresentação da defesa prévia, constitui nulidade relativa quando forem demonstrados os prejuízos suportados pela defesa.
- b) O crime previsto no art. 28 da Lei n. 11.343/06 (porte de drogas para consumo próprio), embora não preveja penas privativas de liberdade, é suficiente para gerar reincidência.
- c) O juiz não pode fixar regime inicial mais gravoso do que aquele relacionado unicamente com o quantum da pena considerando apenas a natureza ou quantidade da droga apreendida.
- d) Havendo duas ou mais majorantes previstas no art. 40 da Lei n. 11.343/06, é suficiente a mera indicação do número de causas de aumento para estabelecimento da pena acima da fração mínima.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

41. Assinale a opção que NÃO apresenta uma das funções da prisão em flagrante.

- a) Impedir a fuga do responsável pelo cometimento de delito que acaba de se consumar.
- b) Acautelar a investigação criminal, auxiliando na colheita de provas da infração.
- c) Promover a defesa da sociedade em geral, restaurando a confiança no Estado e na segurança.
- d) Colocar o infrator em situação de vulnerabilidade perante a sociedade e a vítima.

42. Acerca de prisão e de medidas cautelares, assinale a opção correta, considerando o entendimento dos tribunais superiores.

- a) O descumprimento de qualquer das obrigações impostas a título de medida cautelar é causa suficiente para a decretação de prisão preventiva.
- b) A decretação de prisão preventiva fundada na garantia da ordem pública não depende da prévia análise do cabimento das medidas cautelares diversas da prisão previstas no CPP.

c) A fuga do acusado do distrito da culpa é fundamentação suficiente para a manutenção da prisão preventiva ordenada pelo juiz no intuito de garantir a futura aplicação da lei penal.

d) De acordo com o STJ, a decisão sobre o pedido de prisão preventiva formulado durante audiência independe da oitiva da defesa, por se tratar de medida cautelar.

43. A respeito da prisão preventiva, assinale a alternativa correta.

- a) Segundo a jurisprudência, não é cabível decretação de prisão preventiva com fundamento apenas no clamor público para restabelecimento da ordem social abalada pela gravidade do fato.
- b) Também será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, promovendo-se, depois e necessariamente, a identificação criminal.
- c) De acordo com o STF, a natureza e a quantidade da droga apreendida não são suficientes para evidenciar a gravidade concreta da conduta capaz de justificar a ordem de prisão cautelar no tráfico.
- d) Será admitida prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, independentemente da pena e da existência de medidas protetivas de urgência.

44. Dois policiais militares, há muito sabendo de indícios da prática de reiterados delitos de furto por Mario, acharam por bem em deixar um veículo parado, propositalmente, em frente ao local em que o suspeito costumava ficar, com o motor ligado e a chave na ignição. Após alguns minutos, visualizaram Mario adentrando ao veículo, que era de propriedade de um dos policiais e, antes mesmo que pudesse ter sido levado o bem (que tinha bloqueio eletrônico para qualquer deslocamento), abordaram-no e deram-lhe voz de prisão. A respeito desse caso hipotético, é correto afirmar:

- a) Mario cometeu o delito de furto, ainda que tenha sido induzido a praticá-lo.
- b) a prisão em flagrante deverá ser imediatamente relaxada. Isso porque houve tentativa de furto, crime de menor gravidade que não admite preventiva.
- c) a Constituição Federal prevê, expressamente, relaxamento imediato da prisão. O CPP prevê o relaxamento como uma das possíveis decisões a serem tomadas na audiência de custódia.
- d) deverá ser concedida liberdade provisória com arbitramento de fiança a Mario.

45. Com relação às medidas cautelares, marque a alternativa correta.

- a) O princípio da presunção de inocência, na linha do entendimento majoritário dos tribunais superiores, mostra-se incompatível com a prisão cautelar.
- b) Corresponde a uma medida cautelar diversa da prisão a proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações.
- c) De acordo com o Código de Processo Penal, o recolhimento domiciliar é cabível ainda que o investigado ou acusado não tenha residência e trabalho fixos.
- d) A fiança somente poderá ser concedida após prévia oitiva do representante do Ministério Público.

46. Em relação à prisão em flagrante, marque a alternativa correta.

- a) Por segurança dos agentes públicos, o preso não tem direito à identificação dos responsáveis pela sua prisão, salvo se apresentadas razões de seu interesse à autoridade judicial.
- b) Em até 24 (vinte e quatro) horas após a prisão, deverá ser lavrado o auto de prisão em flagrante e comunicados a família do preso ou pessoa por ele indicada.
- c) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 anos.
- d) O flagrante impróprio ocorre quando o agente é perseguido após o cometimento da infração em situação que faça presumir ser ele o autor do delito.

47. De acordo com o Código de Processo Penal, a respeito das medidas cautelares, é correto afirmar que:

- a) as medidas cautelares deverão ser aplicadas com observância à necessidade e à adequação, jamais sendo possível a cumulação de mais de uma medida.
- b) é cabível a proibição de acesso ou frequência a determinados lugares, independentemente da sua relação com o risco de cometimento de novas infrações.
- c) serão recolhidos a quartéis ou prisão especial, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva, os ministros de Estado, os governadores ou interventores de Estados ou Territórios, o prefeito do Distrito Federal, bem como os prefeitos municipais e seus respectivos secretários.
- d) é possível a internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável e houver risco de reiteração.

48. Realizou-se a prisão em flagrante de um indivíduo que foi encontrado, logo depois da prática do crime de roubo, portando uma arma de fogo e determinado objeto subtraído indicado pelas vítimas, fazendo-se presumir ser o autor do fato – até pelo pronto reconhecimento. Durante a condução do preso até a Delegacia, os policiais presenciaram o acusado proferindo ameaças às vítimas, dizendo que iria “apagá-las” assim que saísse da prisão. Considerando que foi encaminhado o auto de prisão ao juiz na mesma data, constando todas essas informações e circunstâncias da prisão, bem como que transcorreram, inadvertidamente, quatro dias até a realização da audiência de custódia, caberá ao juiz, observando as disposições do Código de Processo Penal e as alterações promovidas pela Lei nº 13.964/2019:

- a) relaxar imediatamente a prisão ilegal em sede de audiência, considerando que o auto de prisão foi encaminhado após o transcurso do prazo legal de 24 (vinte e quatro) horas, não sendo possível a manutenção da custódia, a qualquer título.
- b) homologar o flagrante, uma vez que o prazo previsto para a audiência de custódia é mera recomendação e não importa em nulidade imediata.

c) relaxar a prisão ilegal, uma vez que não existem indicativos suficientes de que o preso praticou o fato noticiado.

d) relaxar a prisão ilegal e, no mesmo ato, decretar a prisão preventiva, em razão da presença dos requisitos legais.

49. Assinale a alternativa correta a respeito da prisão domiciliar.

a) É cabível a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar aos acusados, primários e de bons antecedentes, responsáveis pelos cuidados de filho de até oito anos de idade incompletos.

b) Quando o juiz substitui a prisão preventiva de uma gestante, pela prisão domiciliar, poderá aplicar ao mesmo tempo outra medida cautelar daquelas previstas no art. 319 do CPP.

c) A prisão preventiva impõe à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que não seja ela líder ou participante de organização criminosa.

d) O recolhimento domiciliar será permitido, não havendo exigência de residência e trabalho fixo.

50. Em sede de audiência de custódia, realizada em plena vigência e eficácia da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), devem ser tomadas, dentre outras, as seguintes medidas pelo juiz:

a) relaxamento no caso de verificação de que não há necessidade de prisão ou de aplicação de medidas cautelares diversas.

b) decretação de prisão preventiva ao réu que já respondeu outros processos, independentemente da infração e do resultado desses processos.

c) homologação do flagrante e decretação de prisão temporária se verificada a presença de materialidade e indícios suficientes de autoria do crime imputado.

d) concessão de liberdade provisória se não estiverem presentes os pressupostos e requisitos da prisão preventiva, sendo possível a exigência de fiança ou outras medidas cautelares

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. No que diz respeito às classificações das Constituições, analise as afirmativas sobre a Constituição Federal de 1988:

I. quanto à origem, a Constituição Federal é democrática.

II. quanto à forma, a Constituição Federal é escrita.

III. quanto ao modo de elaboração, a Constituição Federal é histórica.

IV. quanto ao conteúdo, a Constituição Federal é material.

Está correto o que se afirma em

a) I e II.

b) I e III.

c) I, II e IV.

d) II e IV.

52. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, de acordo com o disposto na Constituição Federal e em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), aponte a única alternativa incorreta.

a) Não cabe *habeas corpus*, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, para requerer o trancamento de processo que tramita no Senado Federal para apurar crime de responsabilidade (*impeachment*), mesmo que haja ofensa ao devido processo legal.

b) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, não fere nenhum direito ou garantia individual a determinação contida em ato do Executivo de que as empresas prestadoras do serviço telefônico compartilhem com o IBGE a relação de nomes, números de telefone e endereços de seus consumidores (pessoas físicas ou jurídicas) durante a pandemia causada pelo novo coronavírus, uma vez que a medida é emergencial e de importância nacional.

c) A suspensão provisória, durante o período da pandemia causada pela COVID-19, dos prazos de resposta a pedidos de acesso à informação nos órgãos ou nas entidades da administração pública cujos servidores estejam sujeitos a regime de quarentena, teletrabalho ou equivalentes afronta a proteção constitucional ao direito de informação.

d) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

53. A respeito da competência para legislar sobre registros públicos, é correto afirmar:

- a) Os Estados poderão legislar sobre questões específicas acerca de registros públicos se houver autorização da União por meio de lei complementar.
- b) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre registros públicos.
- c) Cabe à União estabelecer sobre o assunto as normas gerais. Aos Estados e ao Distrito compete exercer a competência suplementar.
- d) A superveniência de lei federal sobre normas gerais em matéria de registros públicos suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

54. Sobre o processo legislativo previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa, de estado de sítio ou estado de calamidade pública.
- b) As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.
- c) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.
- d) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria simples dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

55. A COPASA-MG, pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista responsável pela execução de políticas públicas de saneamento básico para 638 municípios de Minas Gerais, em regime não concorrencial e sem finalidade lucrativa, teve recursos bloqueados por decisão da Justiça do Trabalho, para pagamento de suas dívidas. A respeito do caso narrado,

nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consoante ao regime de precatórios, aponte a alternativa correta.

- a) É inconstitucional o bloqueio ou sequestro de verba pública, por decisões judiciais, de empresa estatal prestadora de serviço público em regime não concorrencial e sem intuito lucrativo primário.
- b) A personalidade jurídica de direito privado da COPASA-MG afasta a aplicação do regime geral de precatórios prescrito na Constituição Federal.
- c) O Poder Judiciário tem poderes próprios para garantir o cumprimento de suas decisões, de modo que tendo sido cumprido o devido processo legal, os atos jurisdicionais constitutivos de bloqueio de verbas orçamentárias para pagamento de dívidas contraídas pela estatal são plenamente condizentes com os princípios da Administração Pública, especialmente a eficiência.
- d) O regime constitucional de precatórios só se aplica à Administração Pública direta, conforme se depreende do texto expresso da constituição Federal.

56. Se o estado do Espírito Santo elegeu 10 deputados federais, consoante dispositivo contido na Constituição Federal, a quantidade de deputados estaduais que compõem a Assembleia Legislativa é a de

- a) 30 deputados estaduais.
- b) 34 deputados estaduais.
- c) 18 deputados estaduais.
- d) 22 deputados estaduais.

57. A respeito das finanças públicas, conforme disposto na Constituição Federal, indique a alternativa incorreta.

- a) Emissão e resgate de títulos da dívida pública são assuntos disciplinados por lei complementar.
- b) O Banco Central não pode conceder empréstimo a entidade que não seja instituição financeira.
- c) As disponibilidades de caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão depositadas no Banco Central.
- d) O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional.

58. A respeito das garantias e das vedações constitucionais aplicáveis aos magistrados, indique a assertiva incorreta.

- a) Juízes aposentados ou exonerados só poderão exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram depois de decorridos três anos do afastamento.
- b) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- c) A vitaliciedade, na magistratura, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- d) Os juízes gozam da garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.

59. Considerando as disposições constitucionais em relação ao Poder Executivo, assinale a alternativa correta:

- a) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e os nulos.
- b) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- c) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentarse do País por período superior a dez dias, sob pena de perda do cargo.
- d) Nas eleições presenciais, se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até trinta dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

60. A longevidade de uma Constituição é um dos elementos reveladores da estabilidade institucional de um país. Durante o período do Brasil independente, até

o momento, já passamos por sete cartas constitucionais, o que provocou grandes mudanças na ordem jurídica brasileira. Um desses textos teve inspiração na Constituição de Weimar e, além de introduzir ao texto direitos fundamentais sociais, instituiu o recurso extraordinário e deu ao Senado a prerrogativa para, no controle difuso, suspender a aplicação de lei declarada inconstitucional pela Suprema Corte (Supremo Tribunal Federal). As características citadas são referentes à Constituição de

- a) 1988.
- b) 1937
- c) 1946.
- d) 1934.

DIREITO ELEITORAL

Rafael Barreto

61. Acerca do alistamento eleitoral é correto afirmar que:

- a) Alistamento eleitoral é o ato pelo qual a pessoa requer inscrição na Justiça Eleitoral visando se tornar eleitor, e, deferido o pedido de inscrição, passa a integrar o cadastro de eleitores e fica habilitado a votar e ser votado.
- b) O alistamento se faz mediante a qualificação e inscrição do eleitor, devendo o alistando comparecer ao cartório eleitoral (ou posto de atendimento da justiça eleitoral), munido de documento que permita aferir sua identificação, idade e nacionalidade brasileira.
- c) Domicílio eleitoral, para o efeito de inscrição, é o lugar de residência ou moradia do requerente, e, verificado ter o alistando mais de uma, considerar-se-á domicílio o lugar de residência.
- d) A pessoa travesti ou transexual poderá, por ocasião do alistamento ou de atualização de seus dados no Cadastro Eleitoral, se registrar com seu nome social e respectiva identidade de gênero, mas o nome social não constará do título de eleitor.

62. Sobre alistamento eleitoral, é incorreto afirmar que:

- a) O prazo para requerer alistamento eleitoral é de até 151 dias antes da eleição.
- b) O alistamento eleitoral é obrigatório para os maiores de dezoito anos, devendo o brasileiro nato se alistar até completar 19 anos e o naturalizado até um ano após adquirir a nacionalidade brasileira.
- c) O alistamento eleitoral é facultativo para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. Se o analfabeto deixar de sê-lo, deverá requerer a inscrição eleitoral.
- d) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos. O militar conscrito que já tiver alistamento eleitoral não sofrerá impedimento ao exercício do voto.

63. Acerca do regime jurídico das inelegibilidades, é incorreto afirmar que são inelegíveis, para qualquer cargo:

- a) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes.
- b) os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade
- c) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude.
- d) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso

de improbidade administrativa, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena.

64. Acerca da privação de direitos políticos, é correto afirmar que:

- a) as hipóteses de privação de direitos políticos estão definidas na Constituição de maneira exemplificativa, podendo lei complementar, assim como ocorre com as inelegibilidades, estabelecer novos casos.
- b) a Constituição admite a cassação, perda e suspensão de direitos políticos.
- c) a Constituição veda a cassação de direitos políticos, admitindo a suspensão e a perda.
- d) Assim como ocorreu com as Constituições anteriores, a Constituição de 1988 define, de maneira expressa, quais os casos de perda e quais os casos de suspensão de direitos políticos.

65. Acerca da perda e suspensão de direitos políticos, é incorreto afirmar que:

- a) a condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, ocasiona a suspensão de direitos políticos.
- b) a condenação por ato improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º, ocasiona a suspensão de direitos políticos, podendo o tempo de suspensão variar, conforme a natureza do ato de improbidade.
- c) A recusa em cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII, da Constituição, ocasiona a suspensão de direitos políticos. A suspensão ocorre se o cidadão descumprir a obrigação a todos imposta, ainda que venha a cumprir a prestação alternativa.
- d) O gozo de direitos políticos em Portugal pelo brasileiro lá residente, que fizer opção pelo gozo de direitos políticos naquele País, ocasiona a suspensão dos direitos políticos no Brasil.

66. Acerca do princípio da anterioridade eleitoral, é correto afirmar que:

- a) Esse princípio impede que sejam feitas modificações na legislação eleitoral há menos de 1 ano antes da eleição.
- b) É possível modificar as regras da disputa eleitoral no ano de realização da eleição.
- c) O princípio submete os participantes do processo eleitoral, tanto partidos políticos como candidatos, à ações legislativas casuísticas que possam surgir com intenção de beneficiar, ou prejudicar, algum dos participes da disputa eleitoral.
- d) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

67. Acerca do princípio da anterioridade eleitoral, é correto afirmar que:

- a) a expressão “*processo eleitoral*” deve ser interpretada como direito processual eleitoral, de modo que a lei que altere qualquer regra de direito processual eleitoral não se aplicará à eleição que ocorra até 1 ano antes da data de sua vigência.
- b) a expressão “*processo eleitoral*”, no art. 16 da Constituição, deve ser compreendida como “*disputa eleitoral*”, como conjunto de situações que possam, de alguma forma, interferir na disputa do certame eleitoral por parte dos partidos políticos e candidatos.
- c) Uma lei que altere o regime jurídico das condições de elegibilidade em ano de eleição poderá ser aplicada ao certame eleitoral vindouro, por não interferir no processo eleitoral.
- d) Uma lei que institua uma nova hipótese de inelegibilidade em ano de eleição poderá ser aplicada ao certame eleitoral vindouro, por não interferir no processo eleitoral.

68. Sobre os sistemas eleitorais, é correto afirmar que:

- a) O sistema eleitoral majoritário determina que o vencedor das eleições seja, sempre, o candidato que tiver a maioria relativa dos votos válidos.
- b) O sistema majoritário se subdivide em simples e absoluto. Pelo sistema majoritário simples, basta obter mais votos que os demais candidatos para ser eleito, ainda que isso não represente a vontade da maioria do eleitorado. Já no sistema majoritário

absoluto, se exige a obtenção da maioria absoluta dos votos, ou seja, de mais do que 50% dos votos válidos.

- c) A Constituição brasileira adota o sistema majoritário apenas para os cargos do Poder Executivo.
- d) A Constituição brasileira adota o sistema proporcional apenas para todos os cargos do Poder Legislativo.

69. Acerca dos sistemas eleitorais, é incorreto afirmar que:

- a) No sistema eleitoral proporcional, a quantidade de votos obtidos pela agremiação partidária é determinante para que os candidatos sejam eleitos, sendo possível que um candidato obtenha votação elevada e, ainda assim, não seja eleito.
- b) O *quociente eleitoral* resulta da divisão do número de votos válidos pelo número de lugares a preencher na circunscrição eleitoral, desprezada a fração, se igual ou inferior a meio, e equivalente a um, se superior.
- c) O *quociente partidário* representa o número de mandatos conquistado pelo partido político, e resulta da divisão do número de votos obtido pela agremiação partidária pelo quociente eleitoral, desprezada a fração.
- d) O Direito brasileiro adota o critério da *maior média* para ocupação dos lugares não preenchidos. Podem concorrer à distribuição dos lugares não preenchidos apenas os partidos que tenham atingido o quociente eleitoral.

70. Sobre a criação e registro de partidos políticos, é correto afirmar:

- a) é livre a criação de partidos políticos cuja criação seja previamente aprovada pelo Congresso Nacional.
- b) partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.
- c) partidos políticos adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil, após o registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.
- d) para fundação de um partido político se exige pelo menos 101 fundadores, com domicílio eleitoral em pelo menos 1/3 dos Estados.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

71. Verine das Neves e Kaique das Rochas constituem uma sociedade com a intenção de prestar os seus serviços intelectuais em festas infantis, já que possuem formação intelectual em teatro, entre mais. A sociedade leva o nome de VERRIQUE ENTRETENIMENTO S/S. Ressalte-se que a sociedade fora constituída para fins econômicos e exercício de atividade profissional não organizada e teve a sua inscrição no cartório de registro civil das pessoas jurídicas.

- a) O órgão regstral de opção para a inscrição está adequado.
- b) A inscrição haveria de ser realizada em um dos cartórios de registro das juntas comerciais estaduais.
- c) A inscrição haveria de ser feito em uma das juntas estaduais vinculadas ao registro público de empresas mercantis.
- d) A inscrição haveria de ser feita um cartório de títulos e documentos empresariais.

72. Kaíque Mari da Silva Tanaka constitui uma empresa na forma de Microempreendedor individual já que pretende desenvolver um negócio empresarial em que a receita bruta anual é de 60.000,00 (sessenta mil reais) em média. Em vista da escolha realizada, podemos afirmar:

- a) Kaíque poderá constituir o seu negócio em forma de EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.
- b) Kaíque poderá constituir a empresa em forma de EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade limitada caso o valor da receita fosse superior a 100 (cem salários-mínimos).
- c) Kaíque deve constituir a empresa na forma de Empresário Individual.
- d) Kaíque poderá constituir a empresa, inclusive, na forma de sociedade limitada unipessoal.

73. Analise a situação a seguir:

Um grupo de pessoas destinadas à atividade intelectual (Mari, Victor e Verine) se obriga mutuamente a contribuir, com serviços ou bens, para o exercício de atividade econômica e a partilha, igualmente, dos resultados. Nessa conjuntura,

a) estamos diante de uma sociedade empresária, já que o principal elemento de empresa sempre está presente nas atividades intelectuais.

- b) a atividade é empresarial já que econômica.
- c) caso a atividade seja profissional, econômica e organizada devemos considerá-la empresarial.
- d) a atividade não pode ser considerada empresária em nenhuma hipótese.

74. Assinale a alternativa que indique o que é empresário para o Código Civil

- a) O sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.
- b) o agente que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.
- c) Equiparado à pessoa jurídica que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.
- d) Um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada se tiver integralizado o capital social empregado na produção.

75. Assinale a alternativa que indique a sociedade unipessoal limitada no Código Civil

- a) O sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.
- b) a pessoa jurídica que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.
- c) Equiparado ao empresário individual que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.
- d) Um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada, ainda que não tenha integralizado o capital social empregado na produção.

76. Em relação ao trespasso e os credores do alienante, as obrigações contratuais e a responsabilidade das partes envolvidas no negócio, é correto afirmar que:

- a) O alienante não poderá restabelecer-se no mesmo ramo, em hipótese alguma, pelo prazo máximo de 5

anos subsequentes à transferência, sob pena de responder por concorrência desleal.

b) O contrato de locação do imóvel é transferido automaticamente para o adquirente do estabelecimento, permitindo a continuidade na exploração do estabelecimento.

c) O alienante responderá solidariamente com o adquirente pelo prazo de 1 ano, pelas dívidas vencidas e vincendas, variando o termo inicial de contagem do prazo de acordo com a data de vencimento.

d) As marcas de titularidade do alienante não poderiam ser cedidas isoladamente, razão pela qual se mostrava imprescindível sua transferência simultânea à do estabelecimento.

77. O endosso é o ato típico de transmissão dos títulos de crédito, dentre eles a Letra de Câmbio. A respeito do endosso, prevê o Anexo I do Decreto 57.663/66:

a) É admitido o endosso parcial.

b) O endossante poderá inserir cláusula que subordine o endosso ao cumprimento de uma condição.

c) A partir do endosso, o endossante sempre responderá pelo aceite e pelo pagamento do título, inevitavelmente.

d) O endosso posterior ao vencimento produz os mesmos efeitos que o anterior.

78. Com base nas normas aplicáveis às sociedades contratuais, é CORRETO afirmar que:

a) A incapacidade superveniente não é causa de exclusão de sócio, impondo-se a propositura de ação judicial caso a maioria dos demais sócios assim delibere.

b) Não haverá mudança de nacionalidade de sociedade brasileira sem o consentimento unânime dos sócios.

c) Admite-se aos cônjuges contratar sociedade, desde que casados pelo regime de separação absoluta de bens, comumhão parcial e participação final nos aquestos.

d) O menor, absoluta ou relativamente incapaz, não pode ser sócio, desde que não tenha poder de administração.

79. Quem poderá consultar os assentamentos existentes nas juntas comerciais e obter certidões?

a) A consulta é ato privativo do Ministério Público.

b) Qualquer pessoa, sem necessidade de provar interesse, mediante pagamento do preço devido.

c) Apenas os sócios das Empresas Mercantis registradas.

d) Qualquer pessoa, desde que comprove formalmente a necessidade e ou interesse, mediante pagamento do preço devido.

80. A duplicata escritural:

a) não carece de protesto para o ajuizamento de ação executiva;

b) pode ser cobrada, exclusivamente, por ação monitória.

c) não permite aceite ordinário.

d) se vale do aceite presumido e protesto para a cobrança judicial para a execução.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rogério Cunha

81. De acordo com o art. 3º do Código Tributário Nacional, “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. Sobre as características contidas no conceito assinale a alternativa incorreta:

a) Obrigação tributária que nasce independente da vontade do devedor.

b) Não há previsão no ordenamento pátrio de tributo in natura ou in labore.

c) Este decorre de uma ação ilícita do contribuinte.

d) Instituir ou majorar somente por lei ou ato normativo.

82. Sobre interpretação e aplicação da lei tributária é correto afirmar:

a) Que é permitida a dispensa do pagamento do tributo por meio da equidade.

- b) Por analogia é permitido à exigência de tributo não previsto em lei.
- c) Que a lei que define infração ou aplica penalidades, em caso de surgir dúvida quanto a natureza da capituloção legal do fato, interpreta-se de maneira mais favorável ao acusado.
- d) Que a lei que define infração ou aplica penalidades, em caso de surgir dúvida quanto a natureza da capituloção legal do fato, interpreta-se de maneira mais favorável ao fisco.

83. No município de Patos de Minas onde o ISS é lançado por homologação, um fato gerador deste tributo ocorreu em 01/09/2012, sem que tenha sido entregue qualquer declaração do contribuinte ao Fisco. Em 10/10/2017, tomando conhecimento do fato gerador, a Administração Tributária Estadual constitui o crédito tributário por meio de lançamento de ofício, notificando o contribuinte para pagamento em 30 dias. Este, então, reconhece e confessa a dívida ao aderir a um programa municipal de parcelamento de débitos tributários.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) O crédito tributário se encontra atingindo pela decadência, e a dívida voluntariamente paga pelo contribuinte pode ser restituída.
- b) A Administração Tributária Municipal teria, até 31/12/2018, para efetuar o lançamento do crédito tributário, logo o crédito é devido.
- c) A confissão de dívida por ocasião de parcelamento efetuou uma novação do crédito tributário.
- d) A constituição definitiva do crédito somente ocorreu mediante a confissão de dívida voluntariamente feita pelo contribuinte.

84. O Estado de Minas Gerais adquiriu, onerosamente, de uma pessoa natural um imóvel sobre o qual pendiam dívidas de IPTU e de taxa de coleta domiciliar de lixo, referentes aos dois últimos anos anteriores à aquisição. O Município, então, resolve cobrar do Estado tais dívidas anteriores à sua aquisição.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) Ambas as cobranças contra o Estado de Minas Gerais são indevidas, pois o Estado-membro, que sucedeu a pessoa natural como proprietário, goza de imunidade tributária.

b) A referida cobrança de IPTU contra o Estado de Minas Gerais é indevida, por violar a imunidade tributária em favor do Estado de Minas Gerais, mas a referida cobrança de taxa de coleta domiciliar de lixo é devida, por se tratar de preço público não abrangido pela imunidade tributária.

c) A referida cobrança de IPTU contra o Estado de Minas Gerais é indevida, por violar a imunidade tributária em favor do Estado, mas a referida cobrança de taxa de coleta domiciliar de lixo é devida, por não serem as taxas abrangidas pela imunidade tributária.

d) Ambas as cobranças são devidas, pois o período a que se refere a cobrança é anterior à aquisição pelo Estado de Minas Gerais.

85. O Município de Belo Horizonte ajuíza execução fiscal contra o Estado de Minas Gerais em razão de inadimplemento de taxas pelo recolhimento de lixo urbano de imóveis do Estado situados em seu território. Em embargos à execução, o Estado busca desconstituir o débito, alegando a constitucionalidade da cobrança, mas sem oferecer qualquer garantia e sem ter havido penhora de seus bens. Em curso a execução, o Estado necessita de certidão positiva com efeitos de negativa, a qual lhe é negada sob o argumento de haver débito tributário cuja exigibilidade não está suspensa.

Diante desse quadro e à luz da mais recente jurisprudência do STF e do STJ, assinale a afirmativa correta.

- a) Em razão da imunidade tributária recíproca do Estado-membro, tal cobrança de taxas é indevida, devendo a execução fiscal ser extinta e emitida uma certidão negativa.
- b) A certidão positiva com efeitos de negativa, durante o curso da execução fiscal, somente poderia ser emitida em favor do Estado caso houvesse garantia ou penhora de bens, como forma de suspender a exigibilidade do crédito tributário.
- c) O Estado, mesmo em curso a execução fiscal, faz jus à expedição da certidão positiva com efeitos de negativa, independentemente de garantia ou penhora.
- d) O Estado poderá oferecer embargos à execução, independentemente de garantia ou penhora, mas a ausência de garantia ou de penhora impede a emissão da certidão federal positiva com efeitos de negativa.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

86. Um dos órgãos executores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, é:

- a) O Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama.
- b) O Ministério do Meio Ambiente.
- c) O Instituto Chico Mendes.
- d) A Organização das Nações Unidas.

87. A audiência pública no processo de licenciamento ambiental:

- a) Não obriga o órgão responsável pelo licenciamento ambiental a acolher as contribuições dela decorrentes, desde que apresente devidamente justificativa.
- b) Será realizada na sede do órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental.
- c) Deve ser realizada no início do processo de licenciamento ambiental para colheita de críticas e sugestões.
- d) É obrigatória, independentemente da abrangência do impacto do empreendimento ou da atividade licenciada.

88. O processo de licenciamento ambiental, em nível federal, é constituído de três tipos de licenças. Cada uma é exigida em uma etapa específica do licenciamento. Sobre a Licença de Instalação é correto afirmar que:

- a) Autoriza o funcionamento do empreendimento. Essa deve ser requerida quando a empresa estiver edificada e após a verificação da eficácia das medidas de controle ambiental estabelecidas nas condicionantes anteriores.
- b) Aprova a localização do empreendimento e atesta sua viabilidade ambiental.
- c) Uma vez detalhado o projeto inicial e definidas as medidas de proteção ambiental, autoriza o início da construção do empreendimento.
- d) Seu prazo máximo de validade é de 05 (cinco) anos.

89. No Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é um órgão:

- a) Consultivo, Executor e Deliberativo.
- b) Central.
- c) Superior.
- d) Consultivo e Deliberativo.

90. Sobre o zoneamento ecológico-econômico (ZEE), pode-se afirmar que:

- a) Define os Estados que têm prioridades para receber mais investimentos na área social e ambiental, como educação e saúde.
- b) É um instrumento da PNMA de competência exclusiva dos Estados e DF.
- c) Orienta quais atividades econômicas devem ser instaladas em determinado ambiente, ou seja, onde a atividade é mais adequada socio ambientalmente.
- d) Mostra as áreas naturais com potencial para serem exploradas economicamente, isto é, onde podem ser desmatadas sem prejuízo para biodiversidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

91. Em razão do direito à boa administração, positivado na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, todas as pessoas têm direito a que os seus assuntos sejam tratados pelas instituições públicas de forma imparcial, equitativa e num prazo razoável. Assinale a alternativa que não corresponde a uma expressão desse direito:

- a) o direito de qualquer pessoa a ser ouvida antes de a seu respeito ser tomada qualquer medida individual que a afete desfavoravelmente.
- b) o direito de qualquer pessoa, de eleger seus representantes por sufrágio universal direto, livre e secreto.
- c) o direito de qualquer pessoa a ter acesso a aos processos que se lhe refiram, no respeito pelos legítimos interesses da confidencialidade e do segredo profissional e comercial.

d) a obrigação, por parte da administração, em fundamentar as suas decisões.

92. Nos termos da LRF, a destinação de recursos públicos para, direta ou indiretamente, cobrir déficits de pessoas jurídicas

a) é vedada, ressalvada situação de calamidade pública, assim reconhecida por Decreto Legislativo do Congresso Nacional.

b) deverá ser autorizada pelo Senado Federal.

c) deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

d) não comprehende a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas.

93. Sobre a Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa correta.

a) Não é reconhecida a responsabilidade civil do Município, por danos causados pela fabricação e o comércio de fogos de artifício, se o ente desconhece as irregularidades praticadas pelo particular.

b) No caso de danos causados em manifestação, descabe a alegação, pelo poder público, de excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.

c) O poder público não responde civilmente pelos danos causados por seus agentes que estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal.

d) O poder público responde civilmente por atos ilícitos praticados por foragidos do sistema penitenciário quando os danos decorrerem direta ou indiretamente do ato de fuga.

94. Com base nas disposições vigentes da Lei 8.429/92, assinale a alternativa incorreta.

a) É dever do poder público oferecer contínua capacitação aos agentes públicos e políticos que atuem com prevenção ou repressão de atos de improbidade administrativa.

b) Nas ações e nos acordos regidos por esta Lei, não haverá adiantamento de custas, de preparo, de emolumentos, de honorários periciais e de quaisquer outras despesas. No caso de procedência da ação, as custas e as demais despesas processuais serão pagas ao final.

c) A suspensão e a interrupção da prescrição produzem efeitos relativamente a todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade. Nos atos de improbidade conexos que sejam objeto do mesmo processo, a suspensão e a interrupção relativas a qualquer deles estendem-se aos demais.

d) O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de um ano, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.

95. Incluem-se entre os bens dos Estados as terras devolutas indispensáveis

a) à proteção das fortificações e construções militares.

b) à proteção das fronteiras.

c) à proteção dos serviços e instalações nucleares.

d) à preservação ambiental, definidas em lei.

96. Sobre a Desapropriação, assinale a alternativa correta.

a) Nas ações de desapropriação, os juros moratórios têm incidência até a data da expedição do precatório original, enquanto que os compensatórios somente incidirão se o precatório expedido não for pago no prazo constitucional.

b) Atualmente, os juros moratórios tem como base de cálculo a diferença entre 80% do valor ofertado pelo ente expropriante e o valor fixado em sentença.

c) Em razão da ponderação entre o direito à justa indenização e a supremacia do interesse público sobre

o privado, é constitucional o percentual de juros de 12% (doze por cento) ao ano para remuneração do proprietário pela imissão provisória do ente público na posse de seu bem.

d) Incidem juros entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.

97. Considerando o regramento da Lei nº 14.133/2021 sobre licitações, é correto afirmar que

- a) Nos processos licitatórios internacionais, o pagamento feito ao licitante brasileiro eventualmente contratado deverá ser efetuado na moeda corrente nacional.
- b) O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.
- c) Os documentos serão produzidos eletronicamente, com a data e assinatura digitais dos responsáveis.
- d) Os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo deverão elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

98. Para reformar um determinado prédio público, uma autarquia estadual contrata uma empresa para a execução da obra. Todavia, apesar de devidamente autorizada, a obra causou danos a um cidadão, decorrentes de má execução. O particular demanda, por meio eletrônico, a reparação dos danos em face da referida entidade, em litisconsórcio com a empresa particular contratada, mediante procedimento comum. Nesse caso:

- a) Ambos os réus terão o prazo em dobro para contestar, uma vez que a prerrogativa de prazo especial da Fazenda deve prevalecer para todos os réus.
- b) A empresa contratada terá o prazo comum para contestar, uma vez que não se aplica a este o prazo especial da Fazenda, e em dobro para recorrer, sem ambos forem sucumbentes, uma vez que se trata de litisconsórcio com procuradores distintos.
- c) Somente a autarquia terá o prazo em dobro para contestar.

d) Ambos os réus terão o prazo em dobro para contestar, uma vez que se trata de litisconsórcio com procuradores distintos.

99. Sobre a delegação de competências das agências reguladoras federais, assinale a alternativa correta.

- a) As agências reguladoras federais poderão promover a articulação de suas atividades com as de agências reguladoras ou órgãos de regulação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de competência, implementando, a seu critério e mediante acordo de cooperação, a descentralização de suas atividades fiscalizatórias, sancionatórias e arbitrais, inclusive quanto a atividades do Sistema Único de Saúde (SUS).
- b) É vedada a delegação de competências normativas.
- c) É vedado à agência reguladora ou ao órgão regulador estadual, distrital ou municipal conveniado, no exercício de competência fiscalizatória delegada, exigir de concessionária ou permissionária obrigação prevista em contrato.
- d) Havendo delegação de competência, o ministério da pasta a que estiver vinculada a agência permanecerá como instância superior e recursal das decisões tomadas no exercício da competência delegada.

100. Sobre as normas vigentes acerca das medidas de enfrentamento à Pandemia de COVID-19, assinale a alternativa correta.

- a) Serão atendidos prioritariamente os pedidos de acesso à informação, de que trata a Lei nº 12.527, de 2011, relacionados com medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata esta Lei.
- b) Ficarão suspensos os prazos de resposta a pedidos de acesso à informação nos órgãos ou nas entidades da administração pública cujos servidores estejam sujeitos a regime de quarentena, teletrabalho ou equivalentes.
- c) Não correrão os prazos processuais em desfavor dos acusados e entes privados processados em processos administrativos enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020.
- d) É obrigatório o compartilhamento entre órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal de dados essenciais à

identificação de pessoas infectadas ou com suspeita de infecção pelo coronavírus, com a finalidade exclusiva de evitar a sua propagação.

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Juiz-TJMG-07-11-2021>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>